

O TREINAMENTO DE CIVIS PARA ATUAR EM CONTEXTOS INSTÁVEIS

Cel José Ricardo Vendramin Nunes

Comandante do CCOPAB

1. O Conflito Contemporâneo

A seção inicial deste artigo tem como objetivo único semear ideias sobre a complexidade vigente nas atuais áreas de conflito, sejam elas em um quadro de intervenção legitimada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) ou em uma situação de violência perpetrada pelo próprio Estado ou por grupos armados; situações em que o pessoal civil, trabalhando em atividades relacionadas ao processo de paz ou provendo apoio à população local, precisa enfrentar para cumprir tarefas diversas.

É extremamente difícil, nos dias atuais, caracterizar e classificar os conflitos segundo a visão clássica da Lei Humanitária Internacional. As formas atuais de violência têm desafiado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha quanto à manutenção e atualização de parâmetros que permitam realizar a proteção de civis e de não combatentes em regiões onde grassa o conflito.

Áreas de conflito atuais são encontradas em um largo espectro de possibilidades e motivações, com a existência, e muitas vezes a coexistência, de atores estatais que quase sempre procuram respeitar as regras e de atores não-estatais que as violam proposital e constantemente como forma de atuação que lhes confere relevância e visibilidade. Exemplos recentes incluem grupos transnacionais extremamente violentos e completamente à margem da lei.

De fato, o mundo parece cada vez mais perigoso e as áreas instáveis, por sua vez, parecem mais carentes do respeito às regras básicas de proteção da condição humana. Eventos recentes e ainda em desenvolvimento na Ucrânia, na Síria e no Iraque indicam evidências quase que diariamente da vulnerabilidade de civis, sejam eles trabalhadores humanitários ou de desenvolvimento, jornalistas, especialistas em assuntos civis, políticos, de direitos humanos ou em matéria judiciária e consultores de qualquer natureza.

O Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), instituição internacionalmente valorizada, após estudar quase 600 operações de paz no período de 2000 a 2010, expressou, em seu anuário, que o conflito atual também pode ser considerado como um

subproduto de determinada multipolaridade internacional que, lamentavelmente, tem gerado mais competição do que cooperação. Esse fato traz consequências adicionais aos conflitos atuais, tendo em vista que as soluções, muitas das vezes, sofrem com interesses conflitantes de atores externos. A situação na Síria é um exemplo típico em que a instabilidade é potencializada por fatores externos.

As Nações Unidas, por sua vez, em seu esforço pela paz, cumprem as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança que, eventualmente, produzem missões de paz em ambientes voláteis, com baixo nível de consentimento local e com riscos significativos para peacekeepers de todas as categorias, incluindo funcionários civis da organização, contratados e voluntários, e integrantes de organizações internacionais e não governamentais. Inseridos nestes ambientes, também estão agentes civis de cooperações bilaterais das mais diversas naturezas, tais como agricultura, saúde, meio ambiente, redução da violência urbana e muitas outras.

Ambientes operacionais em áreas de conflito constituem-se, quase sempre em um microcosmo específico, com uma multidão de agentes com interesses e mandatos distintos, operando em diferentes graus de instabilidade. No fim, independentemente do tipo de organização internacional em presença no país de destino ou da relação bilateral que possa existir, trabalhar em contextos instáveis requer, além da expansão de aptidões pessoais, um claro entendimento do ambiente, com ênfase nas ameaças presentes e vulnerabilidades locais.

A inserção de pessoal em ambientes assim requer qualificações, capacidades e competências gerais e específicas que preparem a pessoa para, individual e coletivamente, desincumbir-se eficientemente de suas obrigações profissionais, ao mesmo tempo em que preserva a sua saúde e mantém a sua segurança.

Não é necessário estender mais o assunto para concluir que a presença de civis a serviço internacional, nacional ou como indivíduos, atuando isoladamente em contextos instáveis gera, indubitavelmente, demandas de preparação acurada e treinamento intenso e preciso.

2. O Treinamento de Civis para atuação em contextos instáveis

Antes de discutir treinamento de civis, é importante fazer uma diferenciação entre preparação e treinamento. De modo simplista e de um ponto de vista militar talvez aplicável a

este contexto, preparação significa levantar necessidades de toda a ordem para o trabalho em áreas instáveis e suprir as demandas adequadamente, segundo um plano lógico e gradativo.

Preparação abarca, nesta visão, estabelecer orientações, normas e padrões, selecionar recursos humanos, especialmente as lideranças, obter e distribuir equipamentos e suprimentos, e planejar e conduzir treinamento que capacite indivíduos e equipes ao desempenho em ambientes voláteis. Treinamento, desta forma, é parte vital da preparação, mas não é a única atividade necessária antes de seguir viagem para atuar em países com graus de violência e instabilidade importantes.

O treinamento de civis não é novidade e faz parte da rotina de várias organizações internacionais, como a ONU, a União Europeia (UE), a União Africana (UA) e muitas outras estatais e também privadas, além de agências de governo e organizações não-governamentais, que oferecem cursos e exercícios para capacitar pessoal para o desdobramento em áreas não estáveis. Um número significativo de países treina seus civis para atuarem em contextos instáveis em função de cooperação bilateral e programas de assistência.

Em se tratando da nossa região geográfica, nota-se que não há grande disponibilidade de treinamento a despeito de sólida demanda. O Brasil, em particular, de modo intermitente, mas por um longo período, tem oficialmente enviado equipes civis para trabalhar em áreas de conflito como parte de programas de assistência e cooperação internacional. Similarmente, organizações não governamentais e empresas comerciais brasileiras enviam civis ao exterior com diferentes propósitos.

O Brasil já desdobrou observadores e monitores eleitorais, técnicos de agências de governo, técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Serviço Social da Indústria (SESI) e muitos outros; algumas equipes desdobradas com regularidade. Este pessoal, em geral, não é empregado com treinamento suficiente em segurança, saúde e ambientação com a cultura local. Este artigo não tem como foco discutir as características de uma possível audiência, mas o fato é que ela já existe.

Há um sem número de vantagens em realizar preparação adequada antes de seguir para uma área geográfica de trabalho nova, especialmente se essa área oferece riscos e obstáculos significativos para a execução de tarefas.

Além de outros aspectos citados anteriormente, um treinamento bem concebido e focado em resultados certamente permitirá adquirir um mínimo de conhecimento, habilidades e

atitudes para fazer frente aos desafios presentes na área de desdobramento. Isto é verdade não somente para a vertente operacional, ou de execução de tarefas profissionais, mas também para a vertente logística, no que diz respeito à preparação de equipamentos, coleta de suprimentos e ajustes de procedimentos.

Refletindo agora sobre a premissa, nem sempre verdadeira, de que o pessoal civil especializado em campos profissionais diversos como judiciário, eleitoral, desenvolvimento, humanitário e tantos outros, via de regra, não deva estar equipado com as ferramentas e conhecimento para atuar em uma zona perigosa, quais são as qualificações necessárias e as competências essenciais que devem possuir ou serem desenvolvidas?

Uma observação inicial que parece óbvia é o fato de que qualquer treinamento deve ser concebido em face das necessidades de desempenho visualizadas e que, desta forma, a função a ser desempenhada pelo indivíduo fornecerá os elementos para o planejamento do treinamento.

Um levantamento de necessidades de treinamento leva em consideração metas, deficiências de performance, tempo e recursos disponíveis, entre outros pontos. Isto também quer dizer que funções mais complexas exigirão mais elaboração no treinamento.

Este raciocínio nos permite considerar que, em princípio, poderíamos dividir dois conjuntos distintos de conhecimentos, habilidades e atitudes que seriam desejáveis para o desdobramento em ambientes instáveis. Estes conjuntos devem, necessariamente, ser objeto de treinamento antes do deslocamento para a área de conflito, mas entendendo também que muito mais será agregado a partir do momento em que o profissional chega à área de missão e inicia seus trabalhos.

Um primeiro conjunto pode constar de aspectos essenciais para navegar em ambiente hostil, como por exemplo, primeiros socorros, entendimento do contexto político e cultural, comunicações, orientação, direção de veículos especiais, negociação, análise de risco, proteção pessoal e alguns outros. Este é um grupo de assuntos que todos devem saber, independentemente da função e do nível profissional da pessoa, e que tem por serventia garantir sobrevivência e operacionalidade mínimas.

Um segundo conjunto pode incluir tópicos que não são essenciais para fins de sobrevivência, porém possuem importância funcional e tocam bem mais a fundo na realidade específica da área de destino. Uma ilustração a esse respeito seria o treinamento de um observador eleitoral a ser enviado a uma área de missão de paz para monitorar eleições. Ele ou

ela deve entender a organização eleitoral do país anfitrião ou de destino, códigos eleitorais e documentação pertinente, mecanismos de estabelecimento e funcionamento de eleições, planejamento, estruturas de apoio, atores envolvidos na preparação e condução das eleições e outros temas, tudo no universo da organização internacional e do país anfitrião.

Abordando rapidamente a metodologia de treinamento, é praticamente unanimidade internacional na área de ensino a adoção de técnicas de aprendizagem para adultos que envolvam o trabalho com cenários e estudos de caso, combinados com atividades de cunho prático para o desenvolvimento de habilidades e atitudes relacionadas à sobrevivência em ambiente hostil e eficiência operacional no ambiente de trabalho.

3. Uma visão inicial de um futuro curso para especialistas civis

Inicialmente, é relevante registrar que o CCOPAB possui a missão, definida na Estratégia Nacional de Defesa, revisada em 2012, de também capacitar civis para a atuação em operações de manutenção de paz da ONU e de desminagem humanitária. Nota-se, no entanto, que a participação de civis em cursos relacionados a contextos instáveis se dá de forma reduzida e sob um currículo não exatamente orientado para as necessidades dos participantes.

Cursos ministrados pelo CCOPAB como coordenação civil-militar e logística e reembolso, por exemplo, podem eventualmente ser úteis para especialistas civis, mas foram concebidos para uma audiência militar, a qual geralmente traz consigo capacitações adquiridas ao longo do tempo profissional, que são vitais em ambientes de risco. Ou, por outro lado, ministram assuntos que não são objeto de interesse para público civil.

De pronto, talvez seja útil analisar, em linhas gerais, os fatores que influenciam a concepção de um possível curso vocacionado para uma audiência exclusivamente civil, para depois concluir sobre as suas possibilidades e limitações.

Primeiro é importante verificar que a aquisição de habilidades e o desenvolvimento de atitudes levam um tempo considerável. Quando os assuntos são relativos a técnicas de sobrevivência e atuação em contextos instáveis, esse processo demanda ainda mais tempo devido a grande necessidade de prática e repetição. Basta imaginar o tempo necessário à obtenção de proficiência em primeiros socorros, por exemplo, campo do conhecimento essencial para atividades em áreas perigosas.

Assim sendo, é preciso, sem dúvida, ajustar a duração do curso a parâmetros que resultem em capacitação mínima para o participante.

Outro fator a considerar é a diversidade da potencial audiência. Espera-se que um curso desta natureza seja frequentado por uma variedade de profissionais de origens diferentes, o que acarreta a necessidade de nivelar conhecimentos. Este conteúdo comum a todos pode ser obtido por meio de algumas atividades de ensino a distância, previamente, a uma fase presencial. O nivelamento de conhecimentos, se bem concebido e dimensionado, pode ser realizado com sucesso para parte do conteúdo teórico do curso.

Um terceiro ponto diz respeito ao conhecimento ou não do país de destino, onde está o contexto instável específico. Treinamento genérico é recomendável para um público que não está seguro quanto ao local e momento de desdobramento. Treinamento específico é apropriado para situações em que a decisão de viajar para a área perigosa já está tomada. De modo rápido e sem grande profundidade de análise, um futuro curso piloto para civis teria provavelmente características de treinamento genérico.

Dessa forma, um curso assim, *a priori*, deveria ter o propósito de realizar uma preparação básica e generalista para a atuação em uma área instável. Caso se saiba antecipadamente o local de destino, o curso pode agregar preparação específica para a missão ou área particular na mesma ocasião, com maior duração da atividade, ou em etapa posterior.

De volta aos dois conjuntos de conhecimentos mencionados anteriormente, pode-se pensar em dividir um potencial curso em duas fases. Uma fase poderia ser voltada para demonstrações seguidas de práticas curtas sobre técnicas especiais de capacitação individual. Outra fase poderia ser concebida sobre estudos de casos e cenários, voltada para a aquisição de conhecimentos teóricos relacionados a planejamento, ambiente internacional e outras disciplinas. Esta última fase não deveria prescindir de técnicas de ensino a distância.

Cursos desta natureza indicariam também o desenho de um pequeno exercício prático integrador ao seu final. Em outras palavras, no momento em que os conhecimentos, habilidades e atitudes já se encontram polidos, o curso oferece uma espécie de teste prático que tem por escopo verificar se os participantes portam as capacidades mínimas desejadas para o trabalho em ambientes instáveis.

Um exercício integrador procura inserir diferentes disciplinas em um mesmo cenário, propondo desafios de certa intensidade e de rápida resposta, que podem ser individual ou

coletivamente resolvidos. Deve ser visualizado como a oportunidade última para que o participante se sinta preparado e deve proporcionar as condições para o incremento de sua autoconfiança.

Em suas primeiras edições, este tipo de curso provavelmente buscaria a formação de massa crítica, mas ansiaria sempre pelo desejável desdobramento de ex-participantes em atividades reais em áreas com contextos instáveis.

As possibilidades são muitas e podem no futuro ir muito além da satisfação de demandas nacionais, gerando, inclusive, visibilidade e relevância que atraíam participantes internacionais. A despeito de possíveis óbices, de qualquer ângulo, todos aparentemente contornáveis, pode-se concluir com segurança que um curso para a preparação de civis cumpriria com sucesso a sua finalidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional da Defesa**, 2012. Disponível em: <www.defesa.gov.br/index.php/estado-e-defesa-a/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 01 nov. 2014.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria nº 952-MD, de 15 de junho de 2010**, de criação do CCOPAB.

_____. CCOPAB. **Programa Acadêmico do CCOPAB 2015**, 2015. Disponível em: <www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt>. Acesso em: 11 jan. 2015.

_____. EMBRAPA. **Programa de Aquisição de Alimentos da África**, 2014. Disponível em: <www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1903224/projeto-de-cooperacao-entre-brasil-e-africa-e-discutido-na-embrapa>. Acesso em: 11 dez. 2014.

_____. SESI. **Programa Cozinha Brasil**, 2014. Disponível em: <www.portaldaindustria.com.br/sesi/busca/?q=cozinha+brasil>. Acesso em: 27 jan. 2015.

UNITED NATIONS. **Policy: Training for all United Nations Peacekeeping Personnel**, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. **Guidelines: On Design, Delivery and Evaluation of Training (Training Cycle)**, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 29 nov. 2014.